ITTC
Instituto Terra, Trabalho e Cidadania

Relatório de Atividades
2015

Índice

1. Apresentação
O ITTC
Histórico e Contexto
Parceiros e Trabalho em Rede
Desenvolvimento institucional e sustentabilidade
Comunicação

2. Programas e Projetos
Programa Direitos e Gênero
Projeto Estrangeiras
Projeto Gênero e Drogas
Programa Justiça Sem Muros

Apresentação

Desde a fundação do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, em 1997, a organização se dedica à promoção dos direitos humanos e tornou-se uma referência sobre sistema penitenciário e encarceramento feminino. Sempre atento à realidade do cárcere, o ITTC prioriza projetos e intervenções dentro das unidades prisionais e em contato direto com as pessoas privadas de liberdade, contribuindo - a partir desta perspectiva - para a promoção de políticas públicas garantidoras de direitos.

O ITTC sabe que a maioria das mulheres encarceradas que acompanha em seus quase 20 anos de atuação são trabalhadoras, provedoras de suas famílias, mães e, frequentemente, nunca tiveram contato prévio com a justiça criminal. Muitas delas possuem baixa escolaridade e com uma frequência alarmante sofreram violência doméstica, passaram por abusos e padecem de problemas de saúde mental. A revisão do paradigma de encarceramento dessas mulheres é uma das principais demandas que compõem a visão do ITTC (confira **o infográfico sobre mulheres e tráfico de drogas**).

Em 2015, o ITTC continuou o trabalho realizado desde 2001 com as mulheres estrangeiras privadas de liberdade e egressas e consolidou uma parceria com a Defensoria Pública da União, fortalecendo a estrutura de acesso à justiça para este público. O ano também foi marcado pelo grande avanço da discussão pública sobre as alternativas ao encarceramento. Além da implementação das audiências de custódia, que o ITTC apoia e monitora, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) se dedicou a discutir e reformular a Política Nacional de Alternativas Penais e o ITTC foi chamado, como representante da sociedade civil, a participar deste processo.

No ano de 2015, o ITTC também passou a se dedicar à análise da principal causa do encarceramento feminino no Brasil: a política de drogas nacional e internacional. A partir de um grande esforço de levantamento e análise conjuntural, a equipe se inseriu no debate público sobre a revisão da política de drogas no Brasil, colaborou com organizações de outros países americanos para construir propostas de mudança das políticas de drogas sob um viés de gênero e produziu materiais voltados à compreensão de um público mais amplo a respeito da necessidade desta mudança de paradigma.

Para alcançar sua finalidade social, o Instituto empreendeu um grande esforço de fortalecimento de sua estrutura organizacional nos últimos anos. Em 2015, criou uma coordenação técnica e uma coordenação de desenvolvimento institucional e recebeu apoio para a consecução de projetos voltados a essa finalidade.

Na área de comunicação, os resultados foram impressionantes, ampliando a presença do ITTC nas redes sociais e garantindo um maior alcance dos documentos técnicos que as equipes produzem. A necessidade de dialogar com um público variado, de pessoas engajadas a desconhecedores da temática carcerária, direcionou a produção de materiais diversos, como infográficos, propostas de recomendação a gestores de políticas públicas e operadores do direito, artigos midiáticos, notas opinativas e vídeos. Essa variedade de estratégias de comunicação ampliou muito a presença e alcance do discurso do ITTC e contribuiu

para a realização de sua missão histórica.

Além disso, a mudança da identidade visual norteou o fortalecimento do Instituto por meio de um novo site, mais moderno e adaptado às necessidades da comunicação e a construção de um modelo unificado de apresentação, em razão das inúmeras participações em eventos e do início do resgate histórico da organização, a fim de criar uma linha do tempo de acontecimentos-chave do ITTC.

Em 2015, o ITTC ampliou o número de apoiadores, colaboradores e passou a compor novas redes de trabalho. Sua equipe cresceu, ampliou-se o número de projetos e fortaleceu-se o modelo de relacionamento com financiadores. A profissionalização administrativo-financeira também alcançou novo patamar; a responsabilidade e a transparência que sempre foram prezadas pelas gestoras da organização passaram a ser sustentadas por novos processos internos.

Neste cenário de transformações positivas, no entanto, os desafios também se renovaram. O avanço na sociedade brasileira, e até em grande parte do mundo, do discurso contrário à promoção de direitos, à diversidade e até mesmo à igualdade de gênero significou, como esperávamos, um retrocesso legislativo nas temáticas de direito penal e de justiça, com impacto direto sobre a vida das pessoas privadas de liberdade. Com a mudança de conjuntura, o ITTC ajudou a monitorar a ação legislativa no Congresso Nacional e a conceber estratégias de diálogo com o Governo Federal e com instâncias do Judiciário, como o Conselho Nacional de Justiça.

Para 2016, está prevista a continuidade de cinco projetos do ITTC, inclusive com foco na sustentabilidade institucional. Os principais desafios apontados pela diretoria para o próximo ano são a consolidação de uma estrutura suficiente para a boa coordenação e desenvolvimento das atividades em andamento e a sustentabilidade financeira da organização.

O ITTC

O ITTC é uma organização de Direitos Humanos fundada em 1997 cuja visão é erradicar a desigualdade de gênero, garantir direitos e combater o encarceramento.

A missão do ITTC é promover o acesso à justiça e garantir direitos, por meio de atuação constante e sistemática nos seguintes eixos de ação: atendimento direto, diálogo público (advocacy e comunicação), educação para a cidadania e produção de conhecimento.

O ITTC possui título de utilidade pública municipal e estadual; certificado de isenção do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação); inscrição no Conselho Municipal de As-

sistência Social, como organização que realiza defesa e garantia de direitos e assessoria; e inscrição estadual como entidade de Direitos Humanos.

Histórico e Contexto

O ITTC carrega uma história de luta e de engajamento político e social de seus sócios fundadores e de sua equipe técnica, nas mais diversas áreas de defesa dos direitos dos cidadãos. A primeira intervenção do ITTC junto à população carcerária se deu com a participação dos seus integrantes no "Grupo Cidadania nos Presídios", formado em abril de 1997, para pesquisar a situação/condições nos presídios femininos de São Paulo, em conjunto com representantes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa deste Estado.

Essa pesquisa já confirmava a falência do sistema carcerário e o desconhecimento por parte das presas (e até das funcionárias) de direitos constitucionais básicos (ex.: direito à amamentação), e que o sofrimento delas ia além das suas penas, diante do descaso das autoridades na garantia do mínimo de dignidade, durante o cumprimento da privação de liberdade.

Desde esta primeira iniciativa, o ITTC se deparou com as demandas específicas das mulheres encarceradas e com a necessidade de promover políticas públicas voltadas a esta parcela da população carcerária. A compreensão de que as desigualdades de gênero se reproduzem e se acirram no sistema penitenciário passou a orientar as ações do ITTC desde então.

Parceiros e trabalho em rede

O fortalecimento do trabalho em rede e da participação social na construção das políticas públicas é uma prioridade do ITTC, que tem se dedicado a construir e integrar importantes articulações como parte de sua estratégia de atuação. O ITTC trabalha há mais de uma década em parceria estreita com outras organizações da sociedade civil como a Pastoral Carcerária e a ASBRAD, além de manter colaborações específicas com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, o CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular, e diversos veículos de comunicação e parcerias diversas com órgãos públicos.

Em 2010, o ITTC participou da criação da Rede de Justiça Criminal, da qual fazem parte Associação pela Reforma Prisional (ARP), Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Instituto Sou da Paz e Justiça Global. A Rede faz advocacy em temas de justiça criminal, especialmente junto ao Congresso Nacional e Governo Federal.

Em 2015, o ITTC passou a integrar a Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD), na qual contribui em sua especialidade, propondo pautas, reflexões e documentos sobre os efeitos das políticas de drogas nacionais e internacionais para o encarceramento. Internacionalmente, o ITTC faz parte do International Drug Policy Consortium (IDPC) e participa do debate com um grupo de organizações latino-americanas que procuram rever os efeitos das políticas de drogas sobre o encarceramento de mulheres.

Desenvolvimento institucional e sustentabilidade

A principal fonte de recursos do ITTC são os projetos com apoio de organizações e fundações nacionais e internacionais comprometidas com os direitos e as garantias dos cidadãos brasileiros.

Em 2015, o ITTC contou com o apoio do Instituto Jacob e Betty Lafer, Fundo Brasil de Direitos Humanos (em parceria com a Oak Foundation), Instituto das Irmãs de Santa Cruz (IISC) e Open Society Foundation. Ainda, logrou o apoio do Sigrid Rausing Trust pelo período inicial de um ano. A partir deste novo apoio, priorizou-se investimentos estratégicos em áreas fundamentais para o desenvolvimento institucional e para a sua sustentabilidade, focando também o aumento da visibilidade da causa, a transparência institucional e a reestruturação interna para enfrentamento dos desafios.

Além dos projetos aprovados, também constituem fonte de renda as doações de nota fiscal paulista, as penas pecuniárias da justiça federal, aluguel de sala, comodato de utilização de espaço, doações de pessoas físicas e, esporadicamente, apoio de consulados e prêmios. Além disso, em 2015, o ITTC e a Defensoria Pública da União renovaram seu convênio sem ônus que possibilita o trabalho conjunto com estagiários da Defensoria para atuação na equipe do Projeto Estrangeiras.

Em 2015, a equipe de desenvolvimento institucional do ITTC passou a contar com a qualificação de uma consultoria especializada em terceiro setor com o objetivo de diversificar as fontes de financiamento da organização e contribuir para a sustentabilidade desvinculada de projetos. Com o advento do apoio da Sigrid Rausing Trust, a área de desenvolvimento institucional começou o planejamento de quatro projetos estratégicos com os seguintes enfoques: Comunicação, Equipes e Colaboradores, Mobilização de Recursos e Pesquisa e Tecnologia da Informação. Essas são as quatro áreas de investimento estratégico planejadas para o crescimento da organização em 2016.

Comunicação

As atividades de rotina desenvolvidas pela comunicação são principalmente publicações diárias no blog do ITTC, alimentação constante das redes sociais, como Facebook e Twitter, sugestão de pautas, revisão e envio de textos, atendimento das demandas da imprensa e acompanhamento de entrevistas. Além dessas, outras ações foram de extrema importância para o desenvolvimento da organização e merecem destaque.

No ano de 2015 foi possível observar que o número de acessos ao blog do ITTC aumentou de maneira significativa, praticamente dobrando a quantidade de sessões. Entre janeiro e setembro[1], houve um aumento de 82% em relação a 2014.

Até dezembro de 2015, a página do Facebook do ITTC contava com 3.827 curtidas, o que significa um crescimento de 132% em relação ao último ano. É importante ressaltar que a meta para o ano era crescer 75%, contabilizando 3.500 likes.

Na área de assessoria de imprensa, foi dada continuidade ao trabalho impulsionado em 2014. Foram publicados na imprensa 58 textos produzidos pela equipe, dentre artigos, notas, alertas sobre imprensa, e coberturas de eventos. 18 deles foram publicados integralmente em veículos de imprensa e 5 replicados a partir do Blog. Ao todo, durante o ano de 2015 o ITTC teve um total de 225 menções na imprensa. Os principais veículos com os quais o ITTC atuou foram: Le Monde Diplomatique, Revista Fórum, BBC, TV Futura, Ponte Jornalismo, TV Brasil, Justificando, EBC, R7, Brasil de Fato e IG.

Tendo aumentado 286% a produção textual e, consequentemente, o relacionamento com a imprensa, foi possível construir ao fim do último ano uma lista qualificada de contatos de jornalistas próximos aos temas do instituto.

Em 2014, o ITTC reestruturou a newsletter enviada mensalmente, mudando a forma de comunicar suas ações. Com a nova identidade visual da organização, foi possível reestruturar novamente o boletim mensal em julho/2015. Desde então, a quantidade de pessoas que abrem o email e interagem com o ITTC tem aumentado significativamente.

---

1 Não foi possível extrair dados de outubro a dezembro por conta de problemas técnicos com o servidor.

Programas e projetos

Em 2015, o ITTC seguiu estruturado em dois programas. O Programa Justiça Sem Muros desenvolve pesquisas e diálogo público com o fim de combater o encarceramento, especialmente o feminino. Já o Programa Direitos e Gênero engloba o trabalho continuado com o Projeto Estrangeiras; ações de educação sobre direitos e saúde com mulheres grávidas e mães no sistema prisional; e o projeto Gênero e Drogas, que produz conhecimento e promove ações de comunicação e advocacy com o objetivo de rever a política de drogas e seus efeitos sobre o encarceramento de modo geral e, particularmente, sobre o encarceramento feminino. Além disso, está em processo de implantação um sistema de produção de dados e informações a serem disponibilizados para o público, com utilização de ferramentas de tecnologia da informação.

Programa Direitos e Gênero

O programa Direitos e Gênero foi criado em 2015 com a finalidade de articular e fortalecer as diversas intervenções e projetos realizados pelo ITTC com a visão de promover o acesso à justiça e a direitos a todas as pessoas em conflito com a lei - privilegiando a perspectiva do ITTC de erradicação das desigualdades de gênero.

Projeto Estrangeiras

O Projeto Estrangeiras é um projeto permanente do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania que, desde 2001, busca atender à missão de acompanhar mulheres estrangeiras em conflito com a lei, pautado em Protocolo de Intenções firmado entre o Instituto e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado (SAP), no intuito de assisti-las por meio de atendimento direto e educação para a cidadania, facilitando seu contato com seus familiares e com suas representações diplomáticas e fornecendo orientação jurídica para que possam compreender melhor o funcionamento da justiça brasileira.

Quem são as mulheres estrangeiras privadas de liberdade?

O Projeto Estrangeiras surgiu após a identificação da vulnerabilidade específica a que estavam sujeitas as mulheres estrangeiras dentro do sistema prisional (em função da distância de suas famílias e das barreiras linguísticas) e da lacuna de atuação com essa população. No início da atuação, havia cerca de 40 mulheres estrangeiras privadas de liberdade em São Paulo, oriundas, em sua maioria, da América Latina. Quase quinze anos depois, esta população, que já chegou a ser de mais de 500 mulheres em 2013, ultrapassa, hoje, 350 mulheres provenientes de mais de 60 países diferentes:

Estrangeiras no sistema prisional de São Paulo/ SP - Continente de origem

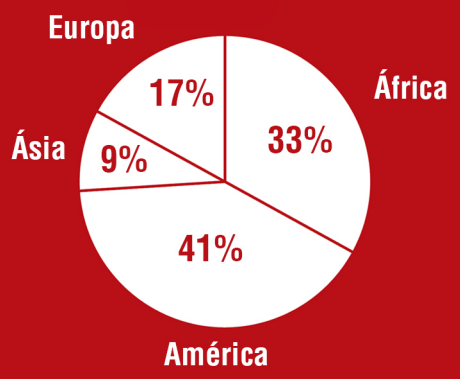


Figura 1 - fontes: listagem de reeducandas estrangeiras da Penitenciária Feminina da Capital e do Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantã em outubro de 2015

Segundo dados do projeto, cerca de 90% das mulheres estrangeiras atualmente privadas de liberdade em São Paulo foram presas como mulas do tráfico internacional de drogas. A grande maioria delas contém histórico de vulnerabilidade social, sendo provenientes de famílias em situação de extrema pobreza, das quais frequentemente são as únicas ou principais provedoras; geralmente, elas não têm nenhum envolvimento anterior com o tráfico e não fazem parte de organizações criminosas.

O Projeto Estrangeiras elabora e defende a tese de que boa parte destas mulheres acusadas de tráfico internacional de drogas deveriam, quando a situação de vulnerabilidade em que se encontram é utilizada para o aliciamento, ser reconhecidas enquanto sobreviventes do tráfico de pessoas, o que implicaria tratamento diferenciado por parte da Justiça em relação a elas[1], com viés não punitivo e mais protetivo.

A construção de uma discussão que busca rever o modelo punitivo aplicado nos casos das mulheres acompanhadas pelo projeto, além da garantia de que estas mulheres tenham efetivo acesso a seus direitos quando privadas de liberdade ou egressas do sistema, tem sido o desafio diário do Projeto Estrangeiras ao longo dos anos.

Atividades e resultados

O projeto possui três práticas atuais, pautadas nas estratégias definidas pelo ITTC: atendimento direto, educação em direitos e diálogo público.

- Atendimento direto

O atendimento direto é central e norteador para a atuação do Projeto Estrangeiras e possibilita o acompanhamento das mulheres estrangeiras desde sua chegada à penitenciária até o arquivamento de seus processos e o seu retorno ao país de origem ou regularização migratória no Brasil. Os atendimentos acontecem uma vez por semana, na Penitenciária Feminina da Capital e uma vez por mês, no Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantã.

Em cada conversa individual, o Projeto se atenta em acolher e escutar qualificadamente as mulheres, dando especial atenção às experiências vividas e expostas por elas e não somente às suas queixas imediatas, levando em conta o contexto em

2 Parecer produzido pelo ITTC disponível em: http://issuu.com/minhaparoquia/docs/parecer-ittc-mulas/1

que se encontram e as possibilidades de solução de cada problema dentro deste contexto. Somente desta maneira torna-se possível que as demandas sejam de fato encontradas e a experiência seja ressignificada após os encaminhamentos necessários.

De dezembro de 2014 a outubro de 2015, foram realizadas 39 visitas à Penitenciária Feminina da Capital e 5 visitas ao Centro de Progressão Penitenciária Feminino do Butantã; 1400 atendimentos diretos foram efetivados pela equipe do Projeto e 182 por defensores e defensoras públicas do Grupo de Trabalho Presas/os Estrangeiras/os em parceria com o Projeto, totalizando 1.582 atendimentos.

Os gráficos a seguir ilustram o total de atendimentos realizados pelo Projeto e a porcentagem de atendimentos de acordo com cada categoria abrangida.

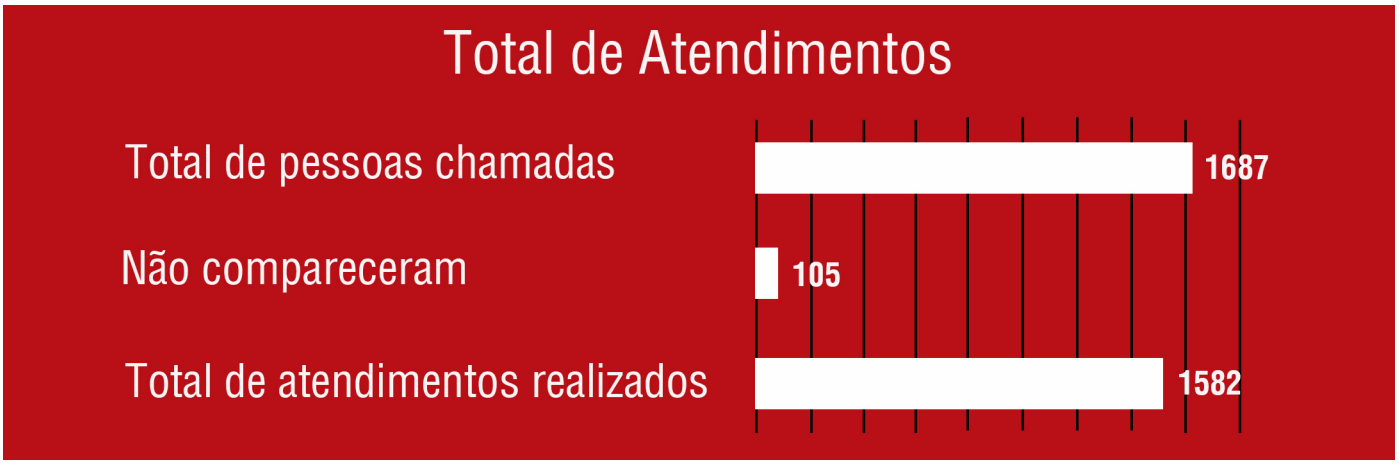


Figura 2 - fonte: listas de atendimento do Projeto Estrangeiras de dezembro de 2014 a outubro de 2015

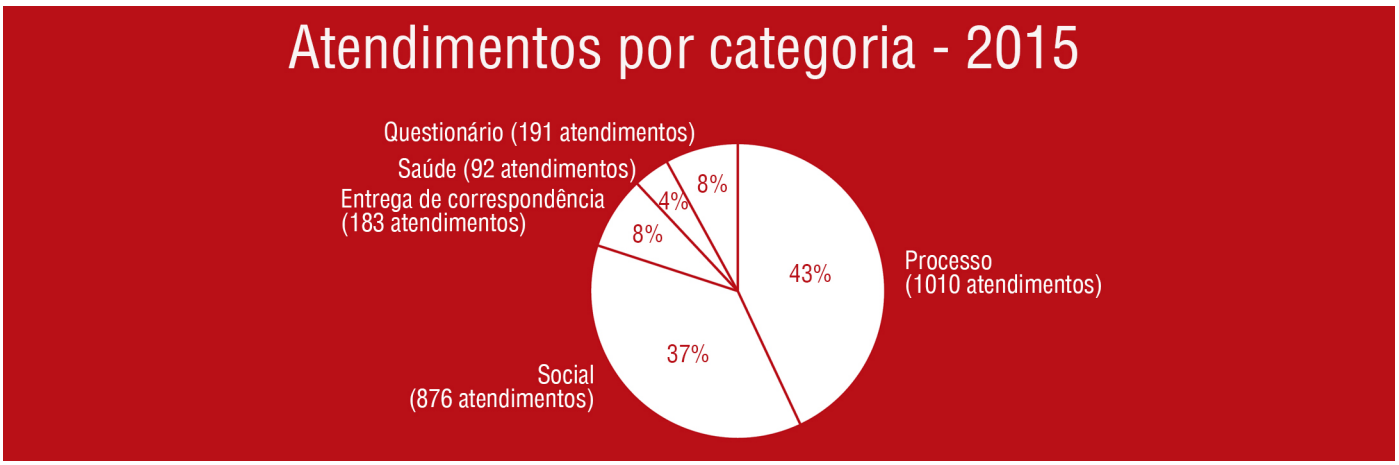


Figura 3 - fonte: listas de atendimento do Projeto Estrangeiras de dezembro de 2014 a outubro de 2015

Por fim, a constatação do aumento expressivo de mulheres egressas trouxe uma nova dinâmica de atendimentos (o atendimento externo no escritório. Aos olhos da equipe, essa é uma oportunidade de desenvolver uma nova forma articulação, já que a autonomia é um dos princípios que regem o projeto e há poder de legitimidade no que essas mulheres egressas carregam consigo, o que impactaria muito na visibilidade e na resposta às demandas caras ao Projeto Estrangeiras.

• Educação em direitos

Em 2015 foram realizados três tipos de oficina:

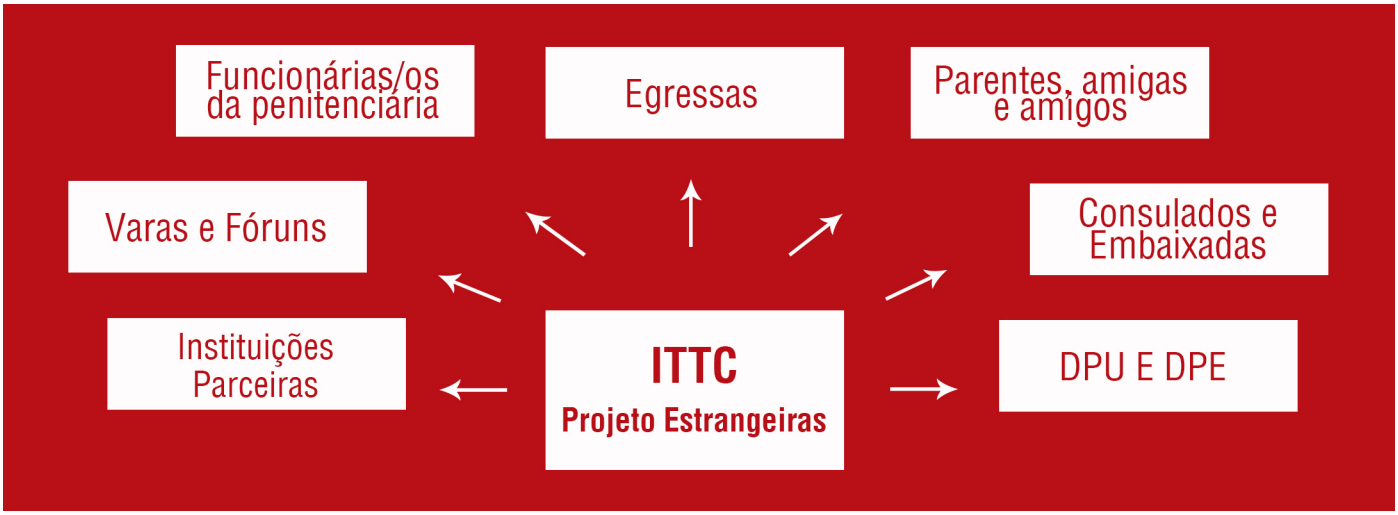
"Projeto de Educação Popular: Mulheres, Direito e Multiculturalidade", um ciclo de oito oficinas focadas no fortalecimento da auto-estima, no espírito de grupo, no auto-conhecimento e na autonomia das mulheres.

Continuidade do **Círculos de Apoio para Mães Encarcerada**s. Por meio da apresentação de temas e rodas de conversa, são discutidos os direitos, subjetividades, afetividade e saúde destas mulheres mães e de suas crianças, além do desenvolvimento de dinâmicas corporais como shantala e ioga para mães e bebês. Esses encontros representam um importante instrumento para que as mulheres desenvolvam seu auto-conhecimento, sua autonomia, assim como fortaleçam as relações entre as mães e as mães com suas crianças.

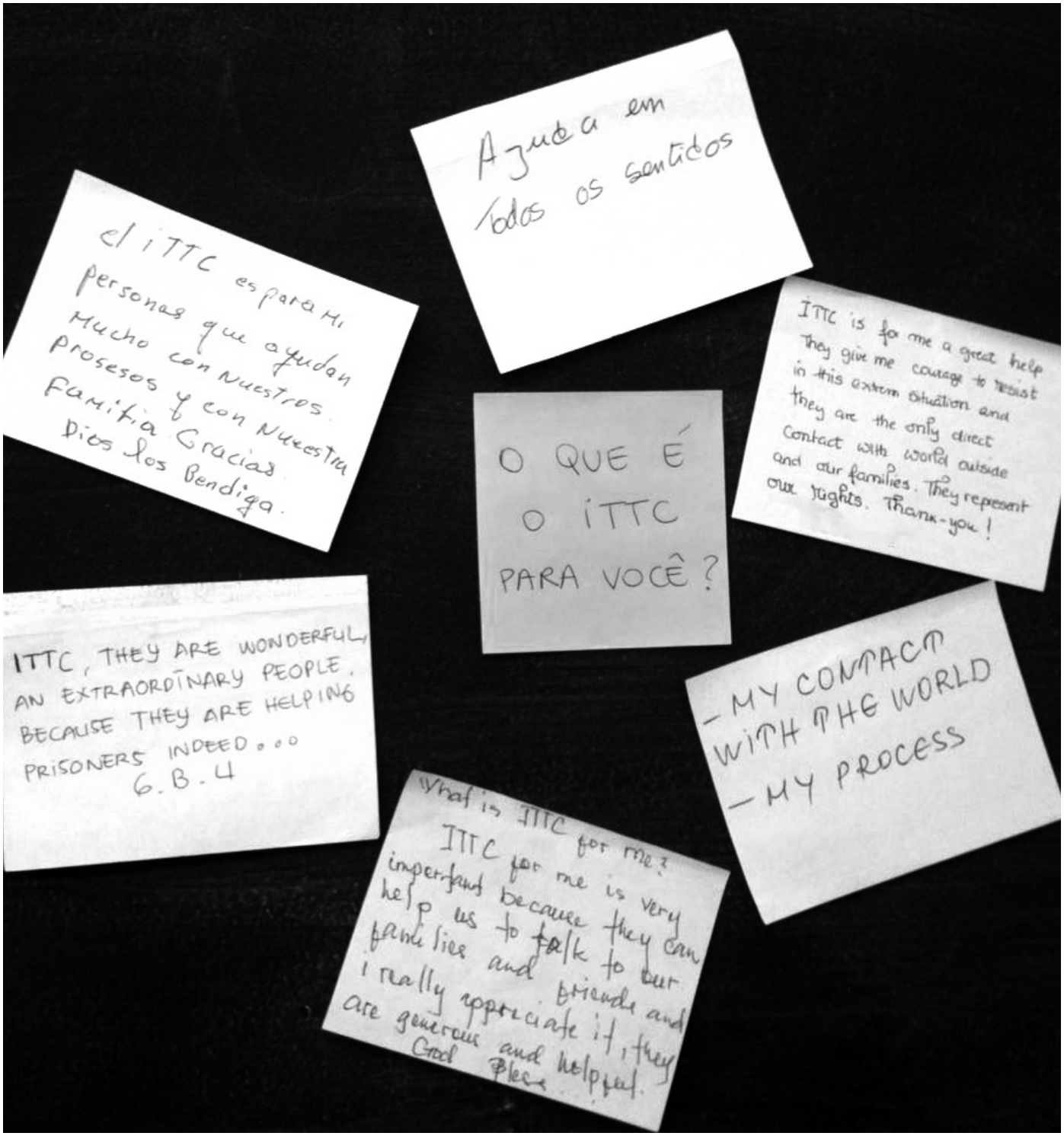
Iniciamos o **Círculo de Apoio para Gestantes Encarceradas**, que são encontros com o mesmo teor do Círculo de Apoio para Mães Encarceradas: saúde e direitos das gestantes, realização de exercícios de ioga, debates sobre maternidade, etc.

• Diálogo público

O Projeto Estrangeiras está em constante diálogo com diferentes atores nas questões que concernem às mulheres estrangeiras. Cada relação é pensada para ser alimentada em uma via de mão dupla e cooperação, sempre com a intenção de aprofundar a aumentar a rede, tão necessária ao trabalho do Projeto.



No que diz respeito à garantia de direitos, o projeto pode colher resultados de alguns dos esforços que moveu ao longo dos anos. Finalmente, tem-se reconhecido a igualdade de direitos entre estrangeiras e brasileiras para garantir àquelas o acesso aos benefícios da execução penal independente de Decreto ou Inquérito de Expulsão. Da mesma forma, o direito à regularização migratória tem sido efetivado por meio da Resolução Normativa n. 110 do Conselho Nacional de Imigração e da Portaria n. 6/2015 do Ministério da Justiça, ainda com alguns percalços, que poderão ser superados com diálogo público e articulações.



Projeto Gênero e Drogas

O Projeto Gênero e Drogas (PGD) aborda temas referentes a gênero, política de drogas e sistema de justiça. As atuações se dão em três âmbitos: levantamento de informações, produção de materiais para comunicação e construção de estratégias de advocacy.

A partir do levantamento de informações objetiva-se a construção de materiais que sejam úteis tanto para auxiliar em ações de advocacy quanto para fornecer informações para a sociedade civil, assim como dar ferramentas às mulheres em conflito com a lei, com o objetivo de trabalhar pela construção, promoção e garantia de direitos. A produção de materiais e as ações do projeto são destinadas a múltiplos atores: não só a organizações da sociedade civil, mas a movimentos sociais, legisladores e pesquisadores.

No ano de 2015, as ações de advocacy aconteceram em grande parte em função do Recurso Extraordinário 635.659 ao Supremo Tribunal Federal (STF), que está julgando a constitucionalidade da criminalização e/ou penalização do porte de substâncias psicoativas. Diante do avanço desta pauta, o projeto passou a se debruçar sobre as propostas de adoção de critérios objetivos de quantidade para a regulamentação do uso de drogas no Brasil. Em abril, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) organizou em Brasília uma reunião de especialistas para discutir esse tema e o ITTC esteve presente.

O mapeamento realizado pela equipe do ITTC a respeito dos países que adotaram políticas de flexibilização do uso, consumo, produção e distribuição de drogas nas Américas e na Europa culminou na produção de um infográfico interativo e online que cruzou essas informações com dados sobre o aumento do encarceramento nestas regiões. O infográfico será lançado em 2016.

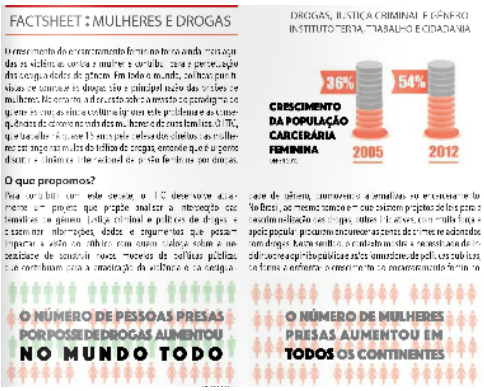
O PGD participou da construção de documento enviado pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas e enviou um documento independente para levar à Sessão Especial da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (UNGASS, em inglês), que em 2016 terá como tema a política internacional de drogas. O Conselho Nacional de Política sobre Drogas realizou uma consulta pública para coletar sugestões para o documento final que o Brasil levará à UNGASS.

Em dezembro, o ITTC organizou um seminário latino-americano sobre encarceramento feminino em parceria com a Conectas, a Pastoral Carcerária e o GETMulheres. A este evento seguiu-se uma reunião de trabalho entre diversas organizações que trabalham com a temática que definiu uma agenda compartilhada de ação para 2016.

No sentido de ampliar os direitos das mulheres encarceradas, o ITTC engajou sua equipe, assim como os membros de sua diretoria, na mobilização para que o indulto presidencial de 2015 contemplasse também as mulheres presas por tráfico de drogas. O indulto é tradicionalmente aprovado no Brasil em dezembro e um grupo liderado pelo GETMulheres, fundado e integrado pelo ITTC, enviou recomendações e se mobilizou para exigir dos órgãos competentes do governo federal a adoção de medidas adequadas. A solicitação da sociedade civil foi assinada por inúmeras entidades e gerou mobilização de apoio nas redes sociais. O texto legal publicado em 2015 não contemplou integralmente as demandas feitas para que possuísse impacto real no encarceramento feminino, mas para 2016 as organizações envolvidas planejam novas atividades e incidência sobre o governo federal para que um novo indulto contemple também mulheres presas por tráfico de drogas.

Principais produtos elaborados pelo projeto:

- Facsheet sobre encarceramento, política de drogas e gênero;
- Glossário sobre políticas de drogas;
- Infográfico sobre políticas de drogas e encarceramento.



Programa Justiça Sem Muros

Criado em 2014 para dar conta de uma nova área de atuação dentro do ITTC, o Programa Justiça Sem Muros (PJS) tem como visão combater o encarceramento. Com especial atenção às mulheres em situação de prisão, o programa monitora o sistema de justiça criminal e mapeia os movimentos legislativos que possam impactar na expansão ou restrição de direitos no cárcere.

Em 2015, o monitoramento da implementação das audiências de custódia foi um dos focos do programa, que participou da elaboração de pronunciamento da sociedade civil sobre audiências de custódia no Brasil, perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Washington, DC, EUA); incidiu junto à Defensoria Pública para procurar influenciar sua atuação nas audiências de custódia; e incidiu junto ao DEPEN e ao CNJ para elaboração de parâmetros para a atuação dos magistrados nas audiências de custódia, em especial na identificação de casos de tortura.

O Programa também participou de uma audiência pública sobre Revista Vexatória nas Américas perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Washington, DC, EUA), colaborou com a reimpressão do boletim sobre revista vexatória para a Rede Justiça Criminal (RJC) e participou em audiência pública no dia 19 de novembro sobre os projetos de lei 7.764/2014 e 404/2015, que versam sobre o fim deste instituto no Brasil.

Heidi Ann Cerneka, diretora do ITTC, em audiência pública sobre Revista Vexatória nas Américas

O programa também analisou a produção nacional de dados sobre encarceramento, por meio da elaboração de boletim sobre o Infopen 2014 no âmbito da RJC, entre outras pesquisas disponibilizadas ao longo do ano de 2015.

No diálogo com o poder público, o principal resultado do programa foi o reconhecimento da capacidade técnica do ITTC para integrar diversos espaços exclusivos de negociação e formulação de políticas públicas sobre alternativas penais. Em todos eles, o ITTC tem defendido a necessidade de se priorizar as medidas alternativas à prisão provisória de mulheres. O ITTC foi convidado a integrar, como único representante da sociedade civil brasileira, o Grupo de Trabalho Permanente sobre Alternativas Penais, formulado pelo DEPEN que, em 2015, aumentou o orçamento para investir nestas medidas em âmbito nacional. O orçamento de R$38 milhões nesta rubrica é expressivamente maior que o disponibilizado nos anos anteriores. Este aumento de recursos indica que o Depen tem dado mais relevância às alternativas penais como iniciativa para redução da quantidade de presos, especialmente os provisórios. Esta é uma demanda antiga de diversas organizações da sociedade civil que se opunham ao investimento do Depen ser concentrado na construção de novos presídios. As articulações do ITTC em 2014 e 2015 também foram importantes para esse avanço.

Em 2015, o Justiça Sem Muros desenvolveu dois projetos.

A Política Nacional de Alternativas Penais: Diagnósticos e Propostas

O projeto "A Política Nacional de Alternativas Penais: Diagnósticos e Propostas" conduziu uma pesquisa sobre as Centrais de Penas e Medidas Alternativas no estado de São Paulo, realizou levantamento de boas práticas internacionais e procurou construir materiais e estratégias de advocacy para promover políticas com potencial desencarcerador no Brasil, focando o trabalho em rede.

O projeto foi criado para preencher uma lacuna de informações, identificada pela RJC sobre a temática. Além dessa falta de pesquisas científicas, se vivia em um período de inércia, por parte dos três poderes federais que não conseguiam avançar nesse campo. Diante desse cenário, a Rede Justiça Criminal decidiu incluir, em fevereiro de 2014, o tema Alternativas Penais na sua agenda prioritária.

A realização da pesquisa de campo em Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs) do estado de São Paulo exigiu a prévia análise e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Administração Penitenciária (CEP/SAP). A pesquisa de campo realizou-se por meio de visitas curtas às CPMAs, sete no total, entre os meses de maio e junho, nas quais conhecemos o espaço das unidades e entrevistamos grande parte dos técnicos e alguns estagiários. Além disso, a pesquisa abrangeu o contato com alguns funcionários de cúpula da SAP, responsáveis

pela implementação da política no Estado. A pesquisa realizou ao todo 27 entrevistas com estagiários, técnicos (em sua maioria psicólogos e assistentes sociais), coordenadores de unidade e gestores. O mapeamento de boas práticas internacionais foi realizado também em parceria com a Loyola University Chicago School of Law. Os resultados da pesquisa foram sistematizados em um relatório que será preparado para publicação em 2016.

Um dos resultados do projeto foi a elaboração de um workshop para a RJC sobre alternativas penais. O encontro teve três principais enfoques: o monitoramento eletrônico, a conceituação das alternativas penais e os aperfeiçoamentos necessários na política de alternativas penais, ambas baseadas na pesquisa desenvolvida pelo ITTC. A partir dele desenhou-se, junto à RJC, um conjunto de recomendações ("toolkit") para a política de alternativas penais para representantes do sistema de justiça e membros do Poder Executivo. Ainda junto à RJC, foi feita a atualização do vídeo "Alternativas Penais: um caminho para o sistema de justiça criminal", primeiramente pelo convite da TV Justiça para que o material fosse exibido no programa Repórter Justiça e, em segundo lugar, para incorporar à narrativa do vídeo novas informações trazidas pela pesquisa do ITTC.

Como parte da proposta de encerramento do projeto, organizou-se uma reunião de trabalho sobre alternativas penais, nos dias 5 e 6 de novembro, com o objetivo de construir um espaço comum de atuação da sociedade civil no âmbito dessa política. Ainda, o ITTC apresentará os resultados da pesquisa no Fórum Nacional de Alternativas Penais (FONAPE), a ser realizado em fevereiro de 2016.

Regras de Bangkok

Considerando que o ITTC participou da elaboração das Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok) e que o governo brasileiro não cria

políticas públicas que reflitam essas disposições para dirimir os efeitos da desigualdade sobre as mulheres criminalizadas e evitar o ciclo de vitimização, foi proposto o desenvolvimento desta pesquisa a fim de obter, em campo, os dados capazes de comprovar essa premissa.

O ITTC decidiu trabalhar com o tema sob a ótica do desencarceramento e, para isso, foram desenvolvidas estratégias de comunicação que permitissem influenciar/modificar políticas públicas, sensibilizar operadores do direito e a sociedade em geral. O objetivo aqui é utilizar dados do campo e análise qualificada para pautar o tema junto à grande mídia na tentativa de provocar uma mudança de consciência por parte do grande público que, muitas vezes, desconhece dados empíricos, situações e condições de ilegalidade, injustiça e desigualdade sobre a matéria e, também, junto aos operadores de direito (juízes, desembargadores, defensores públicos, promotores de justiça), carentes de informação organizada e qualificada sobre a realidade.

O grande elemento que estrutura este projeto é uma pesquisa com dois enfoques, um quantitativo e o outro qualitativo. Quantitativamente, se tem o levantamento de dados processuais sobre a aplicação das medidas cautelares (previstas na Lei 12.403 de 2011) a mulheres presas em caráter provisório na comarca de São Paulo. O ITTC decidiu incluir também as mulheres presas em caráter provisório pela Justiça Federal de Guarulhos, o que incorpora a maioria das mulheres estrangeiras do sistema penitenciário paulista, um público com o qual o ITTC trabalha continuamente desde 2001 e tem acumulado conhecimento. O início do procedimento burocrático para acessar as peças processuais necessárias para o levantamento se deu em outubro de 2014. Até o momento, já foram coletados todos os documentos necessários para a tabulação de dados na Justiça Federal, por meio dos arquivos da Defensoria Pública da União. No estado de São Paulo, por outro lado, os entraves burocráticos foram inúmeros e apenas em dezembro de 2015 foi possível iniciar o procedimento de coleta junto à Defensoria Pública do Estado.

Além disso, em 2015, por meio da iniciativa do presidente do CNJ, foram articulados politicamente diversos projetos pilotos de audiência de custódia em vários estados do Brasil, iniciando-se por São Paulo. O ITTC participou das negociações para a criação do modelo de São Paulo e tem monitorado de maneira crítica a sua implementação, em especial em relação à sua capacidade de reduzir o uso da prisão provisória e de prevenir e combater a tortura. Como resposta a essa mudança de conjuntura, julgamos válido criar uma nova etapa de pesquisa, por meio do acompanhamento e registro de audiências de custódia de mulheres no Fórum Criminal Barra Funda em São Paulo.

Um dos impactos positivos do projeto foi a contribuição da organização para o aumento da discussão pública atual sobre encarceramento feminino e medidas alternativas à prisão de mulheres. Isso se materializa com o aumento da frequência destas pautas em diversas mídias, com reportagens, artigos e entrevistas realizadas com a equipe do ITTC. Por meio de nossa equipe de comunicação, provocamos inúmeras destas reportagens, pautando jornalistas e grupos de comunicação (como blogs e sites jurídicos online) sobre os temas prioritários do projeto, além de elaborarmos três vídeos com depoimentos de mulheres beneficiadas com alternativas à prisão para procurar sensibilizar o público sobre porque é melhor não prender.

Principais produtos elaborados pelo Programa:

- Vídeo "Porque não prender"
- Vídeo "Porque não prender: Desirée"
- Vídeo "Porque não prender: Raquel"
- Hotsite Mulheresemprisao (lançamento programado para abril de 2016)
- Infográfico sobre Alternativas Penais
- Infográfico sobre Mulheres e Tráfico de Drogas
- Relatório "A Política Nacional de Alternativas Penais: Diagnósticos e Propostas" (a ser publicado em 2016)

Diretoria

Michael Mary Nolan – Presidente
Heidi Ann Cerneka – Vice Presidente
Denise Neri Blanes – Tesoureira
Verônica dos Santos Sionti – Secretária Executiva

Equipe Técnica

Desenvolvimento Institucional – ittc@ittc.org.br

Cida Forli
Luísa Luz de Souza

Comunicação – comunica@ittc.org.br

Ana Luiza Voltolini Uwai
Emmanuel Ponte

Programa Direito e Gênero
Projeto Estrangeiras – estrangeiras@ittc.org.br

Ágatha Miranda
Amanda Signori
Beatriz Scotton
Bruno Kassabian
Isabela Cunha
Josianne Santos
Katheleen Bond
Mariana Amaral
Nathalia Duó
Sirikit Noronha
Viviane Balbuglio

Projeto Gênero e Drogas – generoedrogas@ittc.org.br

Lucia Sestokas
Nathália Oliveira

Justiça sem Muros – justicasemmuros@ittc.org.br

Anderson Lobo da Fonseca
Felipe Braga
Flavio Siqueira Júnior
Gabriela Cunha Ferraz
Mariana Camara
Mariana Lins
Raquel da Cruz Lima
Ricardo Campello

Instututo Terra, Trabalho e Cidadania
R. Marquês de Itu, 298 – Vila Buarque
São Paulo, SP – CEP: 01223-000
(11) 3331-3355 / 4066
comunica@ittc.org.br